PROJETO DE LEI Nº , DE 2010

(Do Sr. William Woo)

Dispõe sobre o período de internação de adolescente que comete ato infracional grave.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei aumenta o período de internação de adolescente que comete ato infracional grave, modificando o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Acrescenta parágrafo ao art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), renumerando-se os demais:

“Art. 121.

.....

§ 3º *Tratando-se de ato infracional grave, que a Legislação Penal puna com reclusão, a internação será obrigatória até aos vinte e um anos de idade.*

§ 4º *Não sendo o ato infracional punido com reclusão, o período máximo de internação não excederá a três anos.*

§ 5º *Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.*

§ 6º *A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.*

§ 7º *Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público. (NR)”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O crescendo alarmante da delinquência juvenil, escudada numa legislação exageradamente protetora, afigura-se-nos algo que precisa ter um basta.

O critério cronológico para responsabilizar penalmente as pessoas é algo que precisa ser urgentemente revisto em nosso País. O mundo evoluiu, e os jovens, com acesso a informações e experiências que eram inimagináveis tempos atrás, estão hoje com entendimento suficiente para entender a ilicitude de qualquer conduta, mormente as suas.

O desenvolvimento mental da juventude hodierna supera e vai muito além do preconizado por nossos vetustos comandos legais.

Já não é mais o momento de vermos jovens delinquentes como vítimas de um sistema, mas como seres com capacidade mental bastante para discernir o certo e o errado em seu comportamento, por gozarem de informações privilegiadas, que outrora não tinha a nossa sociedade.

A maioridade civil, que fora reduzida pelo Código Civil de 2002 para 18 anos, é bem prova de que a juventude já está plenamente capaz de responder por seus atos.

Nesse sentido, trazemos à baila um entendimento da Suprema Corte brasileira, segundo o qual as internações previstas no ECA podem ser mantidas até os 21 anos.

Os ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal confirmaram o entendimento de que a redução da maioridade para 18 anos, prevista no novo Código Civil de 2002, em nada modificou os parâmetros definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - que permite a manutenção das internações previstas no estatuto até que o infrator complete 21 anos. Com esse argumento, a Turma negou, por maioria, Habeas Corpus (HC 96745) por meio do qual a Defensoria Pública do Rio de Janeiro pretendia que fosse aplicada ao caso a nova maioridade civil.

De acordo com o relator o ECA não foi alterado pelo Código Civil, em virtude do princípio da especialidade, vez que o Código Civil é lei geral, e o ECA é especial.

A medida sócio-educativa de internação, aplicável a adolescentes que hajam cometido ato infracional, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, deve ser cumprida em sua integralidade, haja vista a gama incomensurável de informações que a todo momento lhes chega e lhe diz de modo incontroverso a reprovação de uma certa conduta sua.

Assim, O ECA há de ser modificado para adequar-se à nossa realidade.

Sob esse aspecto, é que conto com o apoio dos ilustres pares a esta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado William Woo